



Processo Administrativo nº 021/2022.

Requerente: Gerson Antônio Salustino Antunes da Silva

Requeridos: Elidio Neto Araújo da Silva (Juiz de Pista)

Cláudio Mauricio Barbosa Júnior (Juiz de Pista)

Magno Kelli de Oliveira Macedo (Juiz da Alternativa)

DECISÃO

Tratam-se os autos de Processo Administrativo aberto por solicitação do Sr. Gerson Antônio Salustino Antunes da Silva, através do Termo de Abertura de Processo Administrativo, encaminhado ao e-mail da ABVAQ na data de 20/07/2022.

Na denúncia o requerente atesta, em síntese, ao julgar o seu boi, senha 485, durante a vaquejada do Parque Sílvia Bezerra de Melo, na cidade de Currais Novos/RN., os juizes da pista e da alternativa, julgaram seu boi zero, em desacordo com as regras previstas no Regulamento Geral de Vaquejada.

Diante de suas alegações, o requerente pleiteou o julgamento do boi pela ABVAQ e, após verificação no erro de julgamento, que aplicadas as punições cabíveis aos profissionais envolvidos nos julgamentos do boi em questão.

Diante da denúncia recebida, o Presidente da ABVAQ nomeou a presente comissão de julgamento, composta por três membros, sendo o ora relator e os demais componentes abaixo assinado, para apuração e julgamento da referida denúncia.

De pronto, foi requerido encaminhado Notificação à Comissão de Julgamento de Boi da ABVAQ, para elaboração do parecer técnico, devendo,

1



para tanto, solicitar às imagens da referida apresentação, de acordo com as normas contidas no Regulamento Geral de Vaquejada e no Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ, bem como foi determinada a citação e intimação dos requeridos Claudio Mauricio Barbosa Júnior e Magno Kelli de Oliveira Macedo.

O requerido Cláudio Mauricio Barbosa Júnior, na data de 27/07/2022, de forma tempestiva apresentou defesa, alegando ser parte ilegítima para figurar no polo passivo, uma vez que não participou do julgamento do boi em questão. Informou, ainda, que o julgamento feito na pista foi realizado pelo Sr. Elpídio Neto Araújo da Silva.

Já o requerido Magno Kelli de Oliveira Macedo, apesar de regulamento citado e intimado, não apresentou defesa.

Diante das alegações preliminares do requerido Cláudio Mauricio Barbosa Júnior, o presidente desta comissão determinou citação e intimação do Sr. Elpídio Neto Araújo da Silva para integrar ao feito e apresentar defesa. Contudo, transcorrido o prazo para defesa, o requerido Elpídio Neto Araújo da Silva, manteve-se inerte.

Na data de 04/08/2022 o Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ juntou aos autos parecer, confirmou que o boi foi julgado na pista pelo Sr. Elpídio Neto Araújo da Silva, e não pelo requerido Sr. Claudio Mauricio Barbosa Júnior. Afirmando, ainda, em sua conclusão que: ***"As imagens mostram que o boi saiu mais de cinquenta por cento fora da faixa de pontuação e se firmou entre as faixa de pontuação. Desta forma, o julgamento proferido pelo juiz de pista, Sr. Elpídio, foi desalinhado com o que versa o Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ, no seu item 11, alínea g.2. Já na alternativa, o Sr. Magno, juiz da alternativa, julgou correto, tendo em vista que o boi saiu mais de cinquenta por cento (+ de 50%) para fora da faixa de pontuação. Assim sendo, o julgamento final, ou seja, o julgamento proferido pela comissão alternativa, foi equânime e alinhado como o que versa o regulamento geral da vaquejada da ABVAQ"***.

Esse é o breve relatório.

Passamos a decidir:

De início, entende esta Comissão que o presente processo está pronto para julgamento, não havendo necessidade de mais dilação probatória, uma vez que a mídia juntada aos autos e o parecer exarado pelo Comitê de

2



Julgamento de Boi da ABVAQ elidem a necessidade de produção de novas provas.

Diante da preliminar de ilegitimidade passiva levantada pelo requerido Cláudio Maurício Barbosa Júnior, esta Comissão, à unanimidade, após verificação das imagens e tomando por fundamento o parecer encaminhado pelo Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ, acolhe a referida preliminar, extinguindo o feito em relação ao requerido Cláudio Maurício Barbosa Júnior.

Ultrapassadas as questões preliminares, passamos diretamente ao mérito da demanda.

No que pese a não apresentação da defesa pelos requeridos Magno Kelli de Oliveira Macedo e Elpidio Neto Araújo da Silva, esta comissão reconhece a revelia dos mesmos; contudo, entende necessário e prudente avaliar os seus respectivos efeitos, com base nas provas colecionadas aos autos.

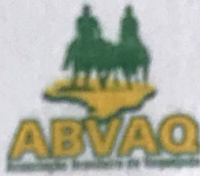
Como não foram suscitadas questões preliminares, passamos diretamente ao mérito da demanda.

A denúncia, de forma inicial, versa sobre suposto julgamento equivocado pelo juiz de pista e sua ratificação pela comissão alternativa, sob a alegação fática de que não fora observada as regras contidas no Regulamento Geral de Vaquejada.

Nos parece claro que inconformismo do requerente é em razão da inobservância da regra contida no art. 19, do RGV, bem como o art. 11, alínea "g", do Manual de Julgamento de Boi da ABAQ.

Destaca-se que o julgamento atinente ao boi de 50% está claramente disposto no referido art. 11, em sua alínea "g", do Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ, cujo trecho segue abaixo:

"Art. 11. Só será válido o boi, se o mesmo em algum momento da ação do puxador, ao deitar-se no solo, se soltar completamente e, ao levantar-se (considerando "levantar-se" como o momento em que o boi retorna o contato das extremidades de suas 4 patas com o solo, ou seja, o casco de cada uma delas tocar o solo e se firmar completamente) estiver com as patas entre as duas faixas de pontuação.



g) Em caso de segundo cal, em que se precise julgar se o boi saiu ou não mais de 50%, deverá o juiz de pista proceder da seguinte forma:

g.1. Dentro dos 30 segundos previstos no regulamento geral da ABVAQ, caso o boi se levante fora do segundo cal, será julgado zero pelo juiz de pista;

g.2. Caso o competidor consiga reposicionar o boi para que se levante entre as faixas ou se o boi permanecer imóvel no prazo de 30 segundos, o boi deverá ser remetido à comissão alternativa, sem ônus para o vaqueiro, para que seja julgado a questão dos 50%.

g.3. A comissão alternativa verificando que o boi estava com menos de 50% para fora, validará o boi, independentemente de onde o bovino se firme, do contrário, o boi permanece zero."

(original sem grifos)

De início, cumpre destacar que não resta dúvida em relação ao momento exato que deve ser proferido o julgamento do boi quanto ele foi deitado entre as faixas. As citadas normas estabelecem que o boi deverá ser julgado quanto se firmar, ou seja, quando suas 04 (quatro) patas retornar o contato com o solo, ou seja, "o caso de cada uma delas tocar o solo e se firmar completamente".

Analisando as imagens, bem como observando o parecer do Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ, verifica-se que o boi firmou-se entre as faixas de pontuação.

Ultrapassado a questão do momento em que o boi se firmou, passamos a analisar a regra dos 50%, previstas nas normas referidas anteriormente, em especial as disposições contidas no item "g.2.", da alínea "g", do art. 11, do Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ, que traz, de forma bem detalhada, como devem se posicionar os juizes, tanto o da pista, quanto os da comissão alternativa nesse caso.

4



Na supracitada norma é bastante clara quando diferencia, neste caso, em parte as atribuições dos juizes de pista e da alternativa. Estabelecendo limites a ambos no que diz respeito ao julgamento do boi no chamado caso de 50%.

Em relação ao juiz de pista, observa-se que o mesmo **NÃO** pode julgar se o boi passou ou não mais de 50% da segunda faixa de pontuação. Isso não quer dizer que o juiz fique impedido de efetuar julgamento zero por outro motivo, ou seja, se o juiz de pista entender que o boi, independente de ter passado ou não mais de 50%, firmou-se fora da área de pontuação, julgará zero por este motivo, não pela análise dos 50%.

Por outro lado, seguindo o mesmo exemplo acima, entendo o juiz de pista que o boi firmou entre as faixas, mas tem dúvida se o mesmo ao ser deitado ultrapassou a segunda faixa em mais de 50%, deve se abster de pronunciar o julgamento, encaminhando o boi à comissão alternativa, que deverá proferir o julgamento final.

No caso em julgamento, não restou dúvidas que o boi se firmou entre as faixas de pontuação, o que, por força do item "g.2.", da alínea "g" do art. 11, do MJB, não restaria outra alternativa ao juiz de pista a não ser encaminhar o julgamento à comissão alternativa, para análise da regra dos 50%.

Ao proferir **julgamento na pista**, o requerido Elpídio Neto Araújo da Silva, o fez **em desacordo com as normas previstas no RGV e no MJB**, já que, conforme exaustivamente demonstrado, caberia a esse requerido tão somente encaminhar o boi em análise pra julgamento da comissão alternativa, já que seria analisado apenas se o boi ao ser deitado passou mais de 50% da segunda faixa de pontuação.

Em relação ao **julgamento proferido pelo juiz da comissão alternativa, Sr. Magno Kelli de Oliveira Macedo, entende esta comissão que o mesmo foi proferido de acordo com as regras contidas no RGV e no MJB**, uma vez que o boi ao ser deitado ultrapassou com mais de 50% a segunda faixa de pontuação, configurando zero a apresentação.

Por fim, mesmo com o erro de julgamento por parte do requerido Elpídio Neto Araújo da Silva, há de se reconhecer que o julgamento correto final da apresentação em análise é de fato ZERO, conforme julgado pela comissão alternativa, uma vez que o boi ultrapassou mais de 50% do seu corpo a segunda faixa de pontuação. Não havendo, portanto, que se falar em prejuízo aos competidores por erro de julgamento.

5



Diante do exposto, esta Comissão, por unanimidade, acata a preliminar de ilegitimidade passiva apresentada pelo requerido Cláudio Mauricio Barbosa Júnior, extinguindo o feito em relação ao mesmo. No mérito, também a unanimidade, com fulcro nos fundamentos expostos nesta decisão, rejeita a denúncia em relação ao requerido Magno Kelli de Oliveira Macedo, julgando-a, por outro lado, procedente em relação ao requerido Elpidio Neto Araújo da Silva, ao qual fica determinada pena de advertência, nos termos do item 1, do art. 36, do Regulamento Geral de Vaquejada, considerando a primariedade do citado requerido.

Remeta-se a presente decisão ao Presidente da ABVAQ, para análise e posicionamento, nos termos do art. 37 do Regulamento Geral. Após decisão do Presidente, os autos devem voltar a esta Comissão para o devido prosseguimento.

João Pessoa/PB., 25 de agosto de 2022.

Presidente da Comissão

Membro da Comissão

Membro da Comissão

Parecer técnico sobre julgamento de boi em vaquejadas cancelada pela ABVAQ 2021.

A apresentação aconteceu dia 17 de Julho de 2022, durante a 49ª vaquejada do Parque Silvio Bezerra de Melo, localizado na Cidade de Currais Novos, estado do Rio Grande do Norte. O competidor **Gerson Salustiano** (puxador) e **Companheiro** (esteira), se apresentaram na senha 485, no horário aproximadamente de 21:00 horas, conforme informações fornecidas pelo solicitante puxador competidor. Na solicitação, o solicitante, reivindica que o julgamento dessa apresentação foi equivocado e pedem providências da ABVAQ. Para o solicitante, o boi não foi zero, como alegaram os julgadores no evento. O Juiz da pista, Sr. Elpidio, julgou zero na pista. A dupla solicitou o julgamento da comissão alternativa, tendo os Sr. Magno, juiz da alternativa, também julgado zero (0).

Parecer Técnico da ABVAQ:

Em análise técnica, realizada com as imagens oficiais do evento citado pelo solicitante, e conforme consta do regulamento geral de vaquejada da ABVAQ, publicado no Diário Oficial da União em 17 de agosto de 2017, por recomendação do Ministério da Agricultura, por entender que este regulamento atende os requisitos necessários para a preservação do bem estar animal em eventos dessa natureza, chegamos a conclusão que:



1. Saída de brete normal com os competidores, porém, não é percebido as faixas de limitação do equino de esteira(1m de distância do brete).



2. Neste frame, percebemos que não estão demarcadas as faixas de limitação do esteira.



3. Neste frame, o puxador está fazendo sua ação normalmente.



4. Neste frame, o boi aparece já tendo se soltado completamente entre as faixas.



5. Neste frame, o boi aparece com mais de cinquenta por cento(+ de 50%) do corpo para fora da faixa de pontuação, o que caracteriza o insucesso da dupla, nesta apresentação.



6. Neste frame, o boi aparece se firmando entre as faixas, como saiu (+ de 50%) do corpo para fora da faixa de pontuação, o correto seria o juiz da pista passar este boi para ser julgado pela comissão alternativa.

Conforme o que diz o Artigo 19 do Regulamento geral de Vaquejada da ABVAQ, mais seu Parágrafo Segundo, **Art. 19 - Só será válido o boi, se o mesmo se soltar completamente entre as faixas de pontuação e, ao se firmar, estiver entre elas.**

Parágrafo Segundo: Após adentrar na faixa de pontuação e se soltar completamente, se o boi ficar com no máximo, metade (50%) ou menos para fora, será permitido aos competidores trabalhar a fim de reposicionar o animal entre as faixas, desde que não haja pisoteamento do bovino.

Completado pelo item 11 acrescido das alíneas g), g.1, g.2, g.3 do Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ, que versam: **11. Só será válido o boi, se o mesmo em algum momento da ação do puxador, ao deitar-se no solo, se soltar completamente e, ao levantar-se (considerando "levantar-se" como o momento em que o boi retoma o contato das extremidades de suas 4 patas com o solo, ou seja, o casco de cada uma delas tocar o solo e se firmar completamente) estiver com as patas entre as duas faixas de pontuação.**

g) Em caso de segundo cal, em que se precise julgar se o boi saiu ou não mais de 50%, deverá o juiz de pista proceder da seguinte forma:

g.1 Dentro dos 30 segundos previstos no regulamento geral da ABVAQ, caso o boi se levante fora do segundo cal, será julgado zero pelo juiz de pista;

g.2 Caso o competidor consiga reposicionar o boi para que se levante entre as faixas ou se o boi permanecer imóvel no prazo de 30 segundos, o boi deverá ser remetido à comissão alternativa, sem ônus para o vaqueiro, para que seja julgado a questão dos 50%.

g.3 A comissão alternativa verificando que o boi estava com menos 50% para fora, validará o boi, independentemente de onde o bovino se firme, do contrário permanece zero. As imagens mostraram que o boi saiu mais de cinquenta por cento para fora da faixa de pontuação e se firmou entre as faixas de pontuação. Desta forma, o julgamento proferido pelo o juiz da pista, Sr Elpidio, foi desalinhado com o que versa o Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ, no seu **item 11, alínea g.2**. Já na alternativa, o Sr Magno, juiz da alternativa, julgou correto, tendo em vista que o boi saiu mais de cinquenta por cento (+ de 50%) para fora da faixa de pontuação. Assim sendo, o julgamento final, ou seja, o julgamento proferido pela comissão alternativa, foi equânime e alinhado com o que versa o regulamento geral de vaquejada da ABVAQ.

João Pessoa – PB, 04 de Agosto de 2022.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'JA' followed by a horizontal line and a large, sweeping loop underneath.

Jorge Anastácio de Araújo
Coordenador de Regulamento da ABVAQ